

É essencial a recuperação da economia

Herbert Levy *

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso o Brasil ganhou a condição fundamental para um grande progresso: governo honesto, que combate a corrupção.

Isso está influenciando nos investimentos diretos de capitais estrangeiros no País, que registram um salto considerável, atingindo 5,5 bilhões de dólares em 1996, conforme Carlos Langoni, da Fundação Getúlio Vargas. Mas no empenho de fortalecer e estabilizar o real, o governo foi com muita sede ao pote, desencadeando uma série de graves inconvenientes que afetaram amplos setores da economia.

Os principais efeitos negativos tiveram origem na política deflacionária usada pelo FMI nos países desenvolvidos e que no Brasil já havia se revelado desastrosa. Citei e repito o que aconteceu de 1980 a 1984, com Delfim Neto como ministro da Fazenda, desencadeando a pior crise econômica no Brasil desde os idos de 1929; 4,5 milhões de desempregados, explosão das favelas,

Para fortalecer o real foi-se com sede ao pote, e as medidas tomadas afetaram a economia

proletarização da classe média, tudo agravado com a manutenção impossível dos serviços totais da dívida externa e que depois foram inevitavelmente reduzidos dentro do Plano Brady proposto pelos EUA, os maiores credores! Os efeitos mais negativos foram produzidos pelas inacreditáveis taxas de juros, as maiores do mundo, para desviar recursos das compras e atraí-los para investimentos e que levaram à insolvência amplos setores da

indústria e do comércio; pela valorização do real contra o dólar, desencorajando exportações e estimulando importações e criando pela primeira vez déficits sucessivos na balança comercial. Esse déficit (mais ou menos US\$ 50 milhões), embora reduzido, ocorreu ainda agora em janeiro, e era dos consideráveis saldos que sempre alcançávamos que obtínhamos os recursos necessários para remessas de juros e dividendos e pagamentos da dívida externa.

O próprio orçamento do governo sofreu, com déficits consideráveis, cobertos com emissão de títulos da dívida interna, cujo saldo cresceu em proporções ruins. Vejamos alguns dados do quadro atual: "Os pagamentos de juros da dívida interna em janeiro foram o principal motivo do rombo de R\$ 2,8 bilhões registrado pelo Tesouro — um recorde histórico.

"Estes pagamentos totalizaram R\$ 1,31 bilhão: mais do que o dobro dos gastos em dezembro de 1995, que foram de R\$ 570 milhões.

"Entre esses dois meses, o crescimento das despesas do governo com os juros pagos aos títulos públicos emitidos pelo governo federal foi de 131%.

"Em comparação com janeiro/1995, quando estas despesas foram de R\$ 411 milhões, os pagamentos dos juros da dívida interna cresceram 221% em janeiro de 1996 — um desembolso adicional de R\$ 908 milhões.

"No mês passado, entraram no caixa do governo R\$ 6,5 bilhões e saíram R\$ 9,3 bilhões." (Secretário do Tesouro, Murilo Portugal, na Folha de S. Paulo.)

Mas a União ainda ajudou, pois dentro de uma política deflacionária conseguiu aumentar 1,25% mensalmente a folha de pessoal,

conforme registrei em 7 de dezembro último na Gazeta Mercantil.

Mas a principal vítima da política deflacionária do governo foi a economia rural, que se encontra em estado de falência em

tudo o País, o que lhe tem valido maior atenção do governo, tardiamente. Apesar das preocupações com o social do presidente Fernando Henrique Cardoso e de alguns dos seus principais ministros, sua política econômica arrasou com a agricultura e pecuária, causando mais de um milhão de desempregados em todo o País, a maioria dos quais engrossando o exército dos sem-terra, pois não sabem fazer outra coisa senão lavar a terra. A Gazeta Mercantil, a propósito, em 13 de, fevereiro último, publicou em cola-



boração de Eugenio Melloni, os seguintes dados que dizem respeito à área tida como privilegiada do álcool e açúcar: "Os técnicos a p u r a m que, entre 346 usinas sucro-alcóoleiras do Nor-

te/Nordeste e do Centro Sul, 42 já faliram, vitimadas pelos altos juros bancários, e 39 unidades estariam em vias de fechar as portas. Do total, 200 usinas estão endividadadas, sendo que gozam de boa saúde financeira apenas 66 empresas.

"Os parlamentares acreditam que o endividamento do setor, que progrediu rapidamente no ano passado, impulsionado pelos altos juros bancários, tenha atingido o montante de US\$ 6 bilhões."

Dando medida do desespero que chegou a apossar-se do meio rural gaúcho, o

Correio do Povo, respeitado órgão da imprensa do Rio Grande do Sul, registrou em 28 de setembro: "O deputado Giovani Cherini (PDT), presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, chegou a sugerir, durante a reunião, que agências do Banco do Brasil fossem ocupadas por agricultores, como forma de pressão". Mas não foi apenas a agricultura a sofrer o tormento do desemprego em larga escala.

Numa colaboração de Roberto Braune Penteado, presidente do conselho regional do Senai gaúcho, que a Gazeta Mercantil publicou no dia 5 de fevereiro, lê-se: "Somente do Rio Grande do Sul a indústria demitiu 69 mil trabalhadores de julho de 1994 a dezembro de 1995, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). No restante do País, o quadro também não se altera. Entre dezembro de 1994 e novembro de 1995, aproximadamente 340 mil tra-

balhadores foram demitidos, segundo dados do Ministério do Trabalho".

E os dados divulgados pelo IBGE relativos à produção industrial do Brasil em dezembro de 1995 demonstram uma queda de 11,7% em relação a dezembro de 1994. Poderia ir mais longe na citação dos dados negativos que ocorrem na economia do País, mas estes são suficientes para demonstrar a importância de uma política de intensa recuperação da nossa economia após tantos efeitos negativos.

Uma notícia na aparência favorável foi dada pela Gazeta Mercantil no dia 15 de fevereiro: as reservas do País chegam a 53,8 bilhões de dólares. Mas essa é, na verdade, outra consequência negativa da política econômica: o assédio do dinheiro quente! A própria notícia esclarece que ele nos custa 20% ao ano. E nós não agüentamos com os juros de 7 a 8% ao ano da nossa dívida externa.

* Presidente do Conselho de Administração da Gazeta Mercantil.